

O TERRAMOTO DE 1755: MARCO DA HISTÓRIA LITERÁRIA?

Vanda Anastácio

Em Dezembro de 2004, no romance intitulado O Terramoto de Lisboa e a Invenção do Mundo, Luís Rosa descreve os efeitos do terramoto de 1755 nos termos seguintes:

Foi a invenção do mundo. Aquele ano que durou muitos anos, 1755. Ruiu tudo o que havia sido pensado até ali. Não foi apenas a cidade que ruiu, não. Não foi somente o abalo inaudito que arrastou Lisboa. Foi o travamento do pensamento que se desmoronou. Debaixo do mundo dos mitos, dizia-se, brotara a luminosidade da razão. A razão era o que ficava da lembrança de Deus.¹

Recordamos aqui estas palavras, que nos parecem sintetizar o que talvez seja o lugar comum mais repetido e mais difundido pela historiografia posterior à catástrofe. Reencontramos, com efeito, na visão simbólica do romancista, o retomar da oposição entre as «trevas dos mitos» e a «luminosidade da razão» ao gosto, não apenas dos intelectuais setecentistas, mas também, da crítica romântica e positivista. É uma bela imagem, a da luz que faz recuar as trevas, tão apelativas, pelo menos, como a do aparecimento de uma razão capaz de abarcar todo o conhecimento, destronando Deus. No entanto, parece-nos que transferidas do domínio da ficção para a historiografia, estas oposições têm dado origem, com frequência, a interpretações redutoras dos dados em presença.

Como se sabe, tanto pela dimensão dos estragos que causou, como pela repercussão que teve no pensamento europeu do tempo, o sismo de Lisboa tem sido tomado, com frequência, como um marco periodológico, uma baliza temporal que assinalaria o momento mais adequado ao «corte» artificial efectuado na longa duração da História, pelo investigador, com o fim de aprofundar um determinado segmento temporal. Faz sentido fazer esse corte em 1755. A destruição da capital constituiu uma ruptura em áreas como o urbanismo, a gestão económica e social da cidade ou a organização e exercício do poder real e, nesse sentido, não pode deixar de ocupar um lugar primordial na pesquisa e na interpretação histórica. Lisboa foi efectivamente «reconstruída, depois do terramoto; e pode afirmar-se que o poder real saiu reforçado ou até «renascido» das

¹ Luís Rosa, O Terramoto de Lisboa e a Invenção do Mundo, Lisboa, Presença, 2004, p. 9.

medidas tomadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, em nome do monarca, no período que se lhe seguiu.

Mas poder-se-á dizer o mesmo da literatura? Pode um terramoto, mesmo de grande intensidade, provocar a ruína de concepções acerca da poesia, ou do teatro? Aquilo a que hoje chamamos «campo literário», na senda de Bourdieu, ou «sistema literário», na designação de Even-Zohar, também se desmoronou completamente quando há um sismo?

À laia de resposta, gostaria de recordar que muitos dos aspectos relevantes para a configuração do campo cultural posterior ao terramoto de 1755, especialmente a nível da produção literária propriamente dita, mas também a nível de outros elementos directa ou indirectamente relacionados com ela — como a reforma do ensino, a circulação e comércio de livros estrangeiros, ou a divulgação de saberes através da imprensa periódica —, sem encontram *em linha de continuidade* com propostas anteriores, datáveis, pelo menos, dos anos 30 e 40 do século XVIII, frequentemente esquecidas ou subalternizadas devido à insistência na fase de reconstrução pós sismo e ao recorte periodológico adoptado.²

Não é aqui o lugar para abordar em pormenor essas propostas anteriores em grande parte recordadas, em livro recente por Ana Cristina Araújo³. No curto tempo de que dispomos. Limitar-nos-emos a ilustrar o ponto de vista que acabamos de expor reflectindo sobre uma instituição literária criada imediatamente após o tremor de terra: a *Arcádia Lusitana*, fundada em 1756 por Manuel Nicolau Esteves Negrão (?- 1774), António Dinis da Cruz e Silva (1731 – 1799) e Teotónio Gomes de Carvalho (1728 – 1800).

Tal como outros académicos anteriores ao terramoto, estes primeiros árcades, que, recordemo-lo, eram juristas em busca de integração no funcionalismo público da época, preocupavam-se com a redacção de Estatutos. Essa tarefa parece tê-los ocupado logo em

² Recordemos as datas de obras de pensadores activos na primeira metade do século como Verney, Ribeiro Sanches e o próprio Francisco José Freire, cuja *Arte Poética* foi publicada em 1ª edição em 1748; pense-se também, na existência, antes do terramoto, de periódicos como a *Gazeta de Lisboa* ou o *Anónimo* (para não mencionar as Gazetas Manuscritas que circulavam por todo o país), na intensa actividade de divulgação de obras europeias por livreiros estrangeiros no nosso país, na actividade erudita dos membros da Academia da História fundada em 1720 ou das actividades de agremiações como a *Academia dos Generosos* ou as *Conferências Discretas e Eruditas* promovidas pelo Conde da Ericeira.

³ Ana Cristina Araújo, *Cultura das Luzes em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

1756⁴, tendo a primeira conferência da nova agremiação sido realizada em 19 de Julho de 1757. Numa oração proferida publicamente por Pedro António Correia Garção em 1759, (ano em que D. José I concedeu ao seu Ministro o título de Conde de Oeiras), os árcades são caracterizados como agentes da reconstrução posterior ao desastre:

Em um tempo de calamidades e de aflições quando parecia que os Portugueses só tratavam de reedificar Lisboa e de restabelecer os seus particulares interesses, quando seria desculpável que as Musas fugissem do nosso Continente, quando se julgaria que as Artes jaziam sepultadas nas ruínas da cidade, numa palavra, quando era impossível tratar da restauração das Ciências, então, ó Árcades, chegou o feliz instante de nos ajudarmos, então fundámos esta sociedade [...].⁵

Estas palavras que nos parecem ditadas, acima de tudo, pelas circunstâncias em que foram proferidas, e corresponderem a uma tentativa de representar os académicos como protagonistas da nova ordem instituída por Sebastião José de Carvalho e Melo, foram tomadas à letra por Teófilo de Braga⁶, o qual, na sua síntese da *História da Literatura Portuguesa* publicada em 1918, relata a criação da Arcádia nos termos seguintes:

A terrível catástrofe de Lisboa, a par das ruínas materiais, devia reflectir-se na depressão dos espíritos. Contraditando esta natural consequência, aparece um grupo de homens ilustrados, quatro meses depois deste cataclismo inolvidável, tratando de fundar uma Academia destinada a aperfeiçoar a Poesia, a Eloquência e a Língua Portuguesa⁷.

A mesma imagem fundadora (dos árcades-restauradores do caos das Letras pós terramoto) será retomada por outros historiadores literários, como Fidelino de Figueiredo⁸, Hernâni Cidade⁹, Óscar Lopes e António José Saraiva¹⁰. Este último

⁴ As datas variam segundo os historiadores: António José Saraiva e Óscar Lopes referem Março de 1756; Rebelo da Silva indica Agosto e Setembro de 1756 e Aragão Morato situa a redacção dos estatutos nos dias 15 e 20 de Agosto, e 23 de Setembro de 1756.

⁵ Pedro António Correia Garção, «Oração Sexta» [1759] *Obras de Correia Garção*, vol. II. Lisboa, Sá da Costa, p. 204.

⁶ Curiosamente, a associação entre o terramoto e a fundação da Arcádia Lusitana não surge nos trabalhos de outros historiadores da associação, como Aragão Morato, Camilo Castelo Branco ou Rebelo da Silva.

⁷ Teófilo de Braga, *História da Literatura Portuguesa. Os Árcades*, Lisboa, in Casa da Moeda, 1984, [1ª edição: 1918], p. 129.

⁸ Fidelino de Figueiredo, *História Literária de Portugal*, (sécs. XII-XX), Coimbra, Editorial Nobel, 1944, escreve, na p. 271: «Pela sua intenção restauradora, este grémio filia-se no movimento geral de esperanças e optimismo da administração pombalina, cuja maior energia se afirmava então na reconstrução da capital.»

⁹ Hernâni Cidade, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1975, diz na p.255: «Em 11 de Março de 1756, quando Lisboa se levantava das próprias ruínas, é fundada, de acordo

investigador, a quem se deve o importante estudo sobre Correia Garção que prefacia a edição das obras deste publicada em 1957 (e em circulação até hoje), dirá mesmo, acerca do cuidado manifestado pelos poetas da Arcádia com os seus estatutos:

Animava-se o mesmo espírito que levou os arquitectos do Marquês de Pombal a traçarem a régua e compasso, numa construção rigidamente geométrica, as ruas de Lisboa para um dilatado futuro. Nunca porventura se acreditou tanto em que a criação artística é produto de uma vontade consciente, que sabe para onde vai e que pode ser racionalmente planeada¹¹.

Parece dever ainda a António José Saraiva uma outra sugestão, que teve grande eco na crítica posterior: a definição de origem social dos árcades Cruz e Silva e Correia Garção como «burgueses descendentes de gente mecânica».

A partir dos anos 60, a associação da Arcádia Lusitana à reconstrução dos escombros e à ascensão social da classe burguesa constitui um traço repetido com tanta frequência pelos estudiosos, que parece ter-se transformado num lugar comum. Este lugar comum está subjacente, por exemplo, à identificação recentemente defendida por Ivan Teixeira entre «neoclassicismo» e «discurso pombalino»¹², e foi retomado e sintetizado, já em 2005, por Estela J. Vieira, na sua contribuição para o livro coordenado por Helena Buescu e Gonçalo Cordeiro¹³.

Parece-nos contudo, que o exame atento quer da inserção dos árcades na sociedade do seu tempo, quer da filiação ideológica e teórica das suas propostas literárias, quer ainda da concepção que têm do papel e da actividade da instituição académica, não

com o estilo sóbrio, geométrico, rigidamente uniforme, que presidia a essa reconstrução, uma sociedade literária que tentaria remodelar a eloquência, a língua e a poesia. Era a *Arcádia Ulissiponense* organizada por três bacharéis vindos de Coimbra.»

¹⁰ Óscar Lopes e António José Saraiva, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, 1918, p. 638 «Em Março de 1756, quatro meses depois do terramoto, três bacharéis em Direito, recentemente formados, António Dinis da Cruz e Silva, Teotónio Gomes de Carvalho e Manuel Nicolau Esteves Negrão, fundavam a Arcádia Lusitana ou Ulissiponense, em que iriam culminar as tendências neo-clássicas e preparar-se a evolução literária no sentido do realismo burguês setecentistas. É significativa a circunstância de tal iniciativa partir, não da corte nem da nobreza de sangue, mas de filhos da burguesia em fase de se candidatarem ao alto funcionalismo judicial.»

¹¹ António José Saraiva, «Introdução» in *Obras de Correia Garção*, Lisboa, Sá da Costa, 2ª edição, 1982 [1ª edição: 1963], p.xiv.

¹² Ivan Teixeira, *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica. Basílio da Gama e a Poética do Encómio*, São Paulo, FAPES, EDUSP, 1999.

¹³ Estela J. Vieira «Escrever depois de uma catástrofe: o Terramoto de 1755 e a literatura portuguesa», *O Terramoto de Lisboa*, Lisboa, 2005, p.272: «A renovação literária da Arcádia Lusitana, formada 4 meses após o sismo, indica que o terramoto favoreceu uma ideologia burguesa e moderna. A transformação social e o conseqüente desenvolvimento da classe burguesa, ambos fenómenos em parte avançados pelo terramoto reflectem-se nas obras poéticas e dramáticas dos árcades.»

permitem confirmar, nem a sua identificação com a «classe burguesa» que florescerá sob Pombal, nem a ruptura com o sistema literário anterior.

Vejam os primeiros aspectos que acabamos de mencionar. Como tem sido assinalado por aqueles que se debruçaram sobre o fenómeno¹⁴, as academias dos séculos XVII e XVIII têm em comum o facto de serem promovidas e integradas por indivíduos provenientes de grupos sociais muito específicos, como são a aristocracia e o clero, aos quais se juntam, com frequência, letrados e a eles ligados por laços de serviço e de favor que se prendem com lealdades para com determinadas Casas, a atribuição de cargos administrativos, ligações familiares, etc. Porque a sua existência depende, em grande medida, do seu grau de legitimidade, estas agremiações procuram obter reconhecimento oficial, a melhor garantia, então como hoje, de patrocínio, divulgação, apoios financeiros e estatuto¹⁵. A Arcádia Lusitana não constituiu excepção a esta regra, como o demonstram os encómios dirigidos ao Conde de Oeiras e a D. José I, que podem ler-se nas composições de circunstância com que os seus poetas celebraram a presença de ambos nas sessões públicas da academia, realizadas para festejar a expulsão dos jesuítas, ou deplorar o atentado ao Rei.

Neste sentido, antes de transformar os membros da Arcádia Lusitana em representantes da burguesia pombalina, talvez valha a pena pensar sobre as reais possibilidades de mobilidade social que teriam então aqueles que, como Garção ou Cruz e Silva, nasceram ou se moviam no ambiente do funcionalismo de Estado, numa Sociedade de Antigo Regime. Bem pelo contrário, os documentos conservados atestam que ambos se encontravam completamente integrados numa rede clientelar através da qual puderam chegar a ser reconhecidos pelo poder real, e que procuraram manter essa posição, desempenhando cargos públicos¹⁶ e procurando obter as insígnias

¹⁴ Fernando Castelo-Branco, «Significado cultural das Academias de Lisboa no Século XVIII» *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa – Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1973, pp. 178: «Esta a primeira faceta a assinalar quanto ao academismo lisboeta setecentista: a sua ligação, por meio da Academia dos Generosos, com o academismo da anterior centúria».

¹⁵ José Luís Peset, «Academias y ciencias en la Europa Ilustrada», *Península*, Porto, Un. do Porto, Centro de Estudos Ibéricos, nº 0, p. 393 diz, com efeito: «El reconocimiento real suponía protección, difusión, dinero y rango. Así las academias tienen reconocimiento oficial y categoría superior, financiación y dinero e rango. Así las academias tienen reconocimiento oficial y categoría superior, financiación y autonomía a través de sus estatutos, pero a la vez responden a las órdenes o indicaciones superiores.»

¹⁶ Para além do ofício herdado da mulher, entre 1758 e 1760 foi Tesoureiro Geral das Sisas (Cfr: António José Saraiva, *Op. cit.*).

referenciadoras do seu desejo de integração nessa mesma rede: Correia Garção, por exemplo, solicitará (ser-lhe-á concedido) o hábito de Cristo¹⁷ - e, por sua vez, Cruz e Silva pedirá o hábito de cavaleiro da ordem de São Bento de Avis. O mesmo se poderá dizer de Domingos dos Reis Quita, o qual, pelo facto de exercer o ofício de cabeleireiro, tem sido frequentemente descrito como um simples «oficial mecânico», mas que, pelo exercício dessa profissão adquiriu proximidade com os mesmos círculos.

Por outro lado, o próprio modelo de financiamento adoptado pela Arcádia Lusitana parece resultar, em grande medida, de uma fusão de modelos académicos anteriores, com destaque para a *Arcádia de Roma*, fundada em 1690, e para a *Academia dos Ocultos* que, fundada em 1745 manteve actividade regular até às vésperas do terramoto¹⁸. Da primeira associação retomam os árcades não só a designação da sociedade e a ficção bucólica igualizadora que levou os seus membros a usar nas sessões pseudónimos pastoris mas, também, os ideais de regresso à simplicidade e «racionalidade» dos clássicos. Da segunda academia, adoptarão a redacção de estatutos, o tipo de organização interna, a rotatividade dos cargos e a atribuição destes por sufrágio directo, bem como a preocupação com a «restauração» da Eloquência e do «bom gosto» na Poesia.

Um olhar pela trajectória de alguns dos sócios da Arcádia Lusitana que tenha em conta o período anterior à sua fundação torna-se, assim, revelador, pois permite entender que os seus elementos mais activos (Correia Garção, Manuel de Figueiredo e Cândido Lusitano) transitaram directamente da Academia dos Ocultos para esta, e que outros tiveram uma passagem mais ou menos esporádica pela Arcádia de Roma. A leitura atenta da «Oração» de Correia Garção acima referida, confirma esta ideia, pois, ao mesmo tempo que caracteriza a Arcádia como agente da restauração das letras, este autor filia-a, de facto, num momento anterior ao terramoto, quando diz:

Nos últimos anos do próspero reinado de D. João o V apareceram os primeiros crepúsculos do bom gosto. Já então a Sociedade dos Ocultos [...] trabalhava neste

¹⁷ O hábito de Cristo, era então, como se sabe, a insígnia mais cobiçada para referenciar nobreza e fidelidade a Coroa. Cfm: Fernando Olival, *As Ordens Militares e o estado Moderno; Honra, ; Mercê e Venalidade em Portugal(1641-1789)*, Lisboa, Estar, 2001. Esta autora sublinha, a propósito dos hábitos das Ordens Militares, p. 237: «A exibição dos hábitos exaltava este quadro de valores, traduzia fidelidade à Coroa e vivia de todo este caldo, em grande medida alimentado pela realeza.»

¹⁸ Cfr.: João Palma-Ferreira, *Academia Literárias dos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

tempo na restauração da língua portuguesa, do estilo e da boa Poesia. Poderia ser que a ela se devesse toda a glória se a pública desgraça não separasse tão útil e tão sábia companhia.

A esta luz, não parece surpreendente que a obra de um membro da Arcádia Lusitana que foi mais divulgada depois de 1755, tenha sido a *Arte Poética* de Cândido Lusitano, uma reedição, com nova dedicatória ao Ministro de D. José I, de um texto já publicado em 1748.

Para terminar, gostaríamos de sublinhar que apesar dos aspectos que procuramos aqui pôr em evidência, não nos parece que tudo tenha ficado igual na área das Letras (chamemos-lhe assim), depois do terramoto. A importância atribuída pela Arcádia ao teatro e aos géneros líricos menores, por exemplo, difere muito da que lhes havia sido concedida pelas agremiações anteriores. E a discussão de questões como a utilidade da poesia, e do papel social do drama, o uso da rima ou o emprego da mitologia, serão aprofundadas pelos árcades em termos que os distanciam das discussões sobre os mesmos temas levadas a cabo pelos académicos que os precederam. O mesmo poderia dizer da penetração que os seus trabalhos tiveram junto do público leitor da época: as referências de contemporâneos e até de mulheres ilustradas, como a Condessa do Vimieiro ou a então jovem Marquesa de Alorna, demonstraram que as obras dos árcades tiveram ampla circulação nos meios cultos do tempo – fenómeno em que parte explicável pelas alterações de modos de convívio e de hábitos sociais ocorridas depois da catástrofe.

Por fim, gostaríamos de deixar claro que não é nosso intuito diminuir o papel geralmente atribuído à Arcádia Lusitana no sistema literário do seu tempo. Quisemos sublinhar que o estudo aprofundado das circunstâncias em que ocorreu a sua fundação e o exame dos seus pontos de vista, nos recordam que as modificações no campo das ideias se processam em ritmos diferentes dos urbanismos: nesta área nunca nada é completamente destruído e quando ocorreram mudanças, estas partem, necessariamente, de visões do mundo herdadas do passado.

BIBLIOGRAFIA

- BRAGA, Teófilo, *Arcádia Lusitana: Garção, Quita, Figueiredo, Dinis*, Porto, Liv. Chardron, 1899.
- BRAGA, Teófilo, *História da Literatura Portuguesa. Os Arcades*, Lisboa, INCM, 1984 [1ª edição: Porto, Chardron, 1918].
- BRANCO, Camilo Castelo Branco, *Curso de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Labirinto, 1986 [1ª edição: 1875-76].
- CARVALHO, Francisco Freire de, *Primeiro Ensaio sobre História Literaria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo, seguido de diferentes opusculos, que servem para sua maior illustração*, Lisboa, Tip. Rollandiana 1845.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, «Significado Cultural das Academias de Lisboa no Século XVIII» *Portugaliae Historia*, vol. 1, Lisboa, Fac. Letras da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1973, pp. 175 – 201.
- FERREIRA, João Palma, *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa Biblioteca Nacional, 1982.
- FERREIRA, Maria Natália de Freitas de Almeida, *Certames poéticos Académicos realizados em Lisboa nos séculos XVII e XVIII*. Dissertação de Mestrado policopiada, Lisboa, Universidade Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1992.
- HESPANHA, António Manuel e Ângela Barreto **XAVIER**, «As redes clientelares» *História de Portugal*. [direcção de José Mattoso], vol IV, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, pp. 381-393.
- HESPANHA, António Manuel, «A resitência aos poderes» *História de Portugal*, [direcção de José Mattoso], vol. IV, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, pp. 451 – 459.
- MACEDO, Jorge Borges de, «Vias de expressão da cultura e da Sociedade Portuguesa nos séculos XVII e XVIII», *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, Lisboa, nº 1, 1966, pp. 119-133.
- MORATO, Manuel Trigo de Aragão, «Memoria Sobre o estabelecimento da Arcade de Lisboa, e sobre a sua influencia na restauração da nossa Litteratura. POR FRANCISCO MANOEL TRIGOZO D'ARAGÃO MORATO. Lida na Assembleia pública de 24 de Junho de 1818.» in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Typ. Da Academia real das Sciencias, 1818, CVIII-CXX.
- OLIVAL, Fernanda, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, 2001.
- PESET, José Luís, «Academias y ciencias en le Europa Ilustrada» *Península*, Porto, Un. do Porto, Centro de Estudos Ibéricos, nº O, pp. 391-400.
- RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos, Literários e Artísticos de Portugal*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1871 – 1893.
- RIBEIRO, José Silvestre, «Arcádia de Lisboa» in *Primeiros traços de uma Resenha da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, pp. 141-144.
- SARAIVA, António José, «Introdução» in Correia Garção, *Obras Completas (Texto fixado, Prefácio e Notas por António José Saraiva)*, 2 vols., Lisboa, Livraria Sá

- da Costa Editora, 1957 [reimpresso em: Para a História da Cultura em Portugal, vol. II, Lisboa, Gradiva, 1995]
- TOSCANO, Maria Margarida, *Racionalidade comunicativa espaço público*. Dissertação de Mestrado policopiada, Lisboa, Universidade Nova, Faculdade de Ciências Sócios e Humanas, 1994.
- SALDANHA, Nuno, «A Arcádia Romano-Lusitana e os círculos de poder na cultura setecentista (1721 – 1756)» *Propaganda e Poder. Congresso Peninsular de História de Arte*, Lisboa, Instituto de História de Arte, Cátedra de Estudos Galegos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 363 – 382.
- SERNA, Jorge António Ruedas de la, *Arcádia: tradição e Mudança*, São Paulo, EDUSP, 1995.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *Arcádia Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1909.